



Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo  
Tribunal de Justiça

## ANEXO ÚNICO - MINUTA DE CONTRATO

### CONTRATO DE CREDENCIAMENTO nº \_\_\_\_ / 2018

**Contrato de Credenciamento de Instituição para Consignação em Folha de Pagamento de Servidor e/ou Magistrado do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.**

O Estado do Espírito Santo, por meio do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, **CONSIGNANTE**, com sede na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, CEP 29050-906, Vitória/ES, CNPJ/MF nº 27.476.100/0001-45, neste ato representado, na forma da Emenda Regimental nº 04/2015 (Diário da Justiça Eletrônico 09.12.2015), pelo Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, \_\_\_\_\_, CPF/MF nº \_\_\_\_\_, e a instituição \_\_\_\_\_, **CONSIGNATÁRIA**, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu/sua procurador(a) \_\_\_\_\_, identidade nº \_\_\_\_\_ / Órgão emissor \_\_\_\_\_, CPF/MF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, o presente **CONTRATO DE CREDENCIAMENTO**, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

**1.1** O objeto deste contrato consiste em permitir a consignação, diretamente na folha de pagamento, de valores devidos por servidores e/ou magistrados do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo à CONSIGNATÁRIA, nos termos da Resolução TJES nº \_\_\_\_ / 2018,

#### Cláusula Segunda – Do Limite de Valor

**2.1** A soma das consignações facultativas e compulsórias não poderá ultrapassar 70% (setenta por cento) do vencimento ou subsídio do servidor ou magistrado, inclusive as vantagens permanentes, conforme art. 9º da Resolução TJES nº \_\_\_\_ / 2018.

**2.2** A soma das consignações facultativas por prazo determinado e por prazo indeterminado, previstas nos artigos 5º e 6º da Resolução TJES nº \_\_\_\_ / 2018, não poderá ultrapassar 35% (trinta e cinco por cento) por cento do vencimento ou subsídio do servidor ou magistrado, inclusive as vantagens permanentes, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para:

I – a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito;

II – a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

**2.3** Na hipótese de as somas estabelecidas nos itens anteriores ultrapassarem os percentuais indicados,



Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo  
Tribunal de Justiça

o ente CONSIGNANTE irá proceder nos termos do art. 9º da Resolução TJES nº \_\_\_\_ / 2018.

**Cláusula Terceira – Dos Deveres, do Procedimento, e da Responsabilidade**

**3.1** A CONSIGNATÁRIA deverá fornecer e atualizar, quando solicitada, a documentação prevista no art. 12 da Resolução TJES nº \_\_\_\_ / 2018, no prazo previsto no §5º.

**3.2** Os créditos concedidos pela CONSIGNATÁRIA aos CONSIGNADOS serão desembolsados diretamente a eles, mediante crédito nas contas correntes ou qualquer outra forma indicada nos Contratos de Serviço.

**3.3** O CONSIGNANTE manterá a consignação pelo prazo registrado no Sistema Digital de Consignações, obrigando-se a não acatar contraordem ou revogação por parte do CONSIGNADO, suspendendo-se os descontos apenas por iniciativa da CONSIGNATÁRIA, por decisão judicial ou razões de interesse público.

**3.4** O CONSIGNANTE obriga-se a recolher à CONSIGNATÁRIA (via TED, DOC, entre outras formas) o total das importâncias descontadas de seus CONSIGNADOS, até o 5º (quinto) dia útil após a data de pagamento dos servidores e magistrados.

**3.5** A CONSIGNATÁRIA, mediante senha de autorização de acesso ao Sistema Digital de Consignações, fornecida pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, realizará operações de consulta de margem, concessão de empréstimos e portabilidade de créditos, dentre outras, diretamente no referido sistema, mediante presença do CONSIGNADO, que autorizará tais operações por meio de sua senha pessoal.

**3.5.1** A CONSIGNATÁRIA terá até o 5º (quinto) dia de cada mês para incluir, através do Sistema Digital de Consignações, a consignação no pagamento do servidor ou magistrado.

**3.6** O descumprimento de cláusula deste contrato ou norma da Resolução TJES nº \_\_\_\_ / 2018 poderá acarretar a penalização da CONSIGNATÁRIA na forma do art. 22 da referida Resolução.

**Cláusula Quarta – Do Pagamento (QUANDO NÃO SE TRATAR DE INSTITUIÇÃO ISENTA)**

**4.1** A instituição CONSIGNATÁRIA deverá ressarcir as despesas com processamento da consignação em folha de pagamento no valor de 0,15% (quinze centésimos por cento) do total do desconto mensal consignado na folha de pagamento de servidores e magistrados.

**4.2** O ressarcimento mensal previsto no item anterior será descontado do crédito a repassar às consignatárias pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal.

**Cláusula Quarta – Da Isenção (QUANDO SE TRATAR DE INSTITUIÇÃO ISENTA)**

**4.1** A instituição CONSIGNATÁRIA está isenta do ressarcimento de despesas com processamento da consignação em folha de pagamento, nos termos do §1º do art. 18 da Resolução TJES nº \_\_\_\_ / 2018.

**Cláusula Quinta – Da Vigência, da Atualização e da Rescisão**

**5.1** O presente termo de credenciamento vigorará a partir da data de sua assinatura, por prazo indeterminado, enquanto nenhuma das partes se manifestar em contrário, e não for aplicada a pena de



Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo  
Tribunal de Justiça

descredenciamento prevista no art. 22 da Resolução TJES nº \_\_\_\_ / 2018.

**5.2** O contrato poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, sem ônus, mediante notificação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, preservado o regime de desconto em folha dos débitos já processados, até a sua completa liquidação.

**5.3** Caso haja convênio vigente, firmado entre a CONSIGNATÁRIA e o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, que trate do objeto deste contrato fica este rescindido na data da assinatura do presente contrato de credenciamento.

**Cláusula Sexta – Da Eleição de Foro**

**6.1** Fica eleito o foro da Comarca de Vitória/ES para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, ainda que privilegiado.

As partes acordadas assinam este termo em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas indicadas a seguir.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Secretário Geral do Tribunal de Justiça)

\_\_\_\_\_  
(representante legal da instituição credenciada)

\_\_\_\_\_  
(testemunha 1)

\_\_\_\_\_  
(testemunha 2)